

ILUSTRÍSSIMO SENHOR ALEXANDRO FURQUIM - PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO (TRT9).

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90022/2025
Processo Administrativo nº 2199/2025

AIDC Tecnologia Ltda.¹, doravante apenas “AIDC” ou “Recorrente”, por seu representante legal, comparece, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento no art. 165, I, ‘d’, da Lei nº 14.133/2021², e no item 12.1 do Edital³, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face de Decisão, proferida no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90022/2025, instaurado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9), que concluiu pela classificação e habilitação da proposta apresentada pela **Compwire Informatica Ltda.**⁴, doravante apenas “Compwire” ou “Recorrida” mesmo diante da sua desconformidade com as exigências estabelecidas no Edital, conforme demonstrar-se-á adiante.

I. Tempestividade

1. Salienta-se, desde logo, que este recurso é tempestivo. A AIDC manifestou sua intenção de recorrer em 25/11/2025 (terça-feira). Considerando que a contagem se iniciou no dia subsequente, 26/11/2025 (quarta-feira), o prazo de 03 (três) dias úteis se encerra em 28/11/2025 (sexta-feira), ocasião em que este Recurso estará devidamente protocolado.

II. Síntese dos fatos

2. O Edital de Pregão Eletrônico nº 90022/2025 tem como objeto o registro de preços “*para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos*”

¹ Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.500.596/0001-38, com sede na Avenida Poços de Caldas, nº 148, Distrito Industrial, Itajubá-MG, CEP 37504-110.

² Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
(...) d) anulação ou revogação da licitação;

³ 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

⁴ Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.181.242/0001-91, com sede na Rua Comendador Roseira, 352, Bairro Prado Velho, CEP 80.215-210, Curitiba/PR.

ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta) meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack” (item 1.1, do Edital).

3. Aberta a sessão pública e realizada a etapa de lances, em 13/11/2025, classificou-se a proposta da Compwire como a provisoriamente vencedora (R\$ 8.445.346,9200). Após a solicitação de esclarecimentos adicionais sobre algumas funcionalidades dos equipamentos, informou-se que a proposta da Recorrida teria sido aceita.

4. Com respeito, inaplicável o entendimento alcançado pela área técnica, pelo que se faz necessária a interposição do presente recurso administrativo para que seja reformada a decisão que declarou a Recorrida vencedora, tendo em vista que sua proposta – e os documentos que a instruem –, está em desconformidade com as exigências contidas no Edital e seus anexos.

III. Fundamentos do recurso – Necessária desclassificação da Recorrida

5. Extraí-se do Termo de Julgamento do PE nº 90061/2025, que a Recorrida teria sido classificada por, supostamente, atender às especificações técnicas veiculadas no instrumento convocatório.

6. Consta no Edital a seguinte previsão quanto à aceitabilidade da proposta vencedora:

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
(...) 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7. Portanto, o pressuposto de aceitabilidade das Propostas baseia-se na análise inequívoca do atendimento às especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos. Em outras palavras, a classificação pressupõe que, após a licitante primeira colocada disponibilizar a análise clara das características do objeto, a Administração tenha atestado o cumprimento integral de todos os requisitos e especificações exigidos.

8. Com respeito, não há regularidade ou conformidade entre a documentação apresentada pela Recorrida e as exigências contidas no instrumento convocatório em análise.

9. Demonstrar-se-á que a Recorrida deixou de atender integralmente às exigências contidas nos itens 17.11.25, 17.13.1.6 a 17.13.1.8, e 17.13.8.1, do Anexo I do Termo de Referência, sendo que, em verdade, deveria ter sido eliminada do certame, e não o contrário.

10. É o que se passa a demonstrar.

III.1. Inadequação da solução ofertada em relação à experiência do usuário pretendida – Violação ao item 17.11.25 do Anexo I do Termo de Referência

11. O Edital de PE nº 90022/2025 tem por objeto o fornecimento de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento, suporte e garantia técnica.

12. O objeto foi subdividido em 25 (vinte e cinco) itens, sendo que, para cada um dos referidos itens, o Termo de Referência elencava uma série de características técnicas, sendo dever do licitante demonstrar o seu atendimento através da solução por ele ofertada.

13. Com relação à plataforma de gerenciamento licitada, o item 17.11.25 do Anexo I do Termo de Referência previu uma funcionalidade de monitoramento de desempenho de rede essencial: a capacidade de avaliar a Qualidade da Experiência do Usuário (QoE) através da implantação de módulos de aferição – sejam eles sondas de *hardware* ou agentes de *software* – em quaisquer pontos estratégicos eleitos pela Contratante:

17.11.25. O monitoramento da experiência do usuário poderá ser realizado através de hardware ou software instalados em pontos da rede de acordo com interesse da CONTRATANTE, permitindo no mínimo a coleta de dados a partir de dois pontos que devem operar simultaneamente.

14. Em essência, este dispositivo visa outorgar à Administração máxima discricionariedade e flexibilidade no posicionamento dos instrumentos de

medição. O propósito é garantir que a percepção real de desempenho do usuário final seja metrificada em locais arbitrários e de maior criticidade, transcendendo a mera coleta de dados nos equipamentos de comutação (*switches*), conforme abordado na exigência editalícia subsequente (item 17.11.26⁵).

15. Diante dessa exigência de autonomia e flexibilidade na medição, vê-se que que a proposição técnica da Compwire, centrada nos produtos Huawei iMaster NCE-Campus e CampusInsight, descumpriu cabalmente o disposto no item 17.11.25 do Anexo I do Termo de Referência.

16. Isto porque a arquitetura que sustenta a solução ofertada se baseia intrinsecamente na coleta de dados de telemetria provenientes exclusivamente dos seus próprios dispositivos de infraestrutura, como pontos de acesso (APs) e chaves de acesso (*switches*). O cerne do seu funcionamento reside na utilização da tecnologia de Streaming Telemetry, embutida nativamente nos equipamentos Huawei.

17. Isso acarreta que toda a visibilidade, análise de *performance* e avaliação de desempenho sejam estritamente dependentes das métricas e dados de *status* gerados pelos próprios equipamentos da marca (e.g., utilização de recursos, estatísticas de porta, logs de clientes).

18. O desenho conceitual do sistema não contempla a integração de agentes de medição *standalone* em estações de trabalho de usuários finais nem a implementação de sondas de hardware dedicadas em posições não coincidentes com os dispositivos Huawei.

19. Tal característica representa um distanciamento fundamental da exigência editalícia, pois limita a capacidade de medição à área de cobertura e aos dados gerados pelo parque instalado do fabricante, obstruindo a possibilidade de instalar componentes de aferição em "pontos" ou locais de livre escolha e interesse da Contratante.

⁵ 17.11.26. Deverá implementar mecanismo de comunicação entre switches e plataforma de gerenciamento através de telemetria, coletando dados de operação e apresentando na interface de gerenciamento.

20. O CampusInsight, módulo de análise da Huawei, mede a experiência do usuário de forma indireta, observando os fluxos de tráfego e eventos coletados pela própria rede. Ou seja, o sistema infere métricas de qualidade (latência, perda de pacotes, *throughput* etc.) a partir do tráfego real capturado nos *switches* e *APs*, **sem gerar tráfego sintético de teste** ou executar transações simuladas a partir da perspectiva do usuário final.

21. Em termos práticos, isso significa que o CampusInsight identifica degradações de experiência analisando os próprios pacotes de dados em trânsito pela infraestrutura (ex.: medindo perda e atraso nos fluxos de voz/vídeo por meio de marcadores inseridos nos equipamentos de rede), e correlaciona tais dados com possíveis falhas de dispositivos.

22. Não há, portanto, “sondas ativas” ou *agents* instalados nos terminais (estações de trabalho dos usuários) ou em pontos independentes gerando medições dedicadas. Essa abordagem se limita a uma monitoração passiva, dependendo do tráfego existente e dos pontos de coleta fornecidos pelos aparelhos Huawei.

23. Não há funcionalidade de se implantar um agente em um PC remoto ou uma sonda de geração de tráfego em um enlace específico para, por exemplo, medir continuamente a latência até um servidor crítico sob a ótica do usuário naquele local. Em suma, a “experiência do usuário” é aferida por **observação da rede**, e não por **medições ativas originadas em pontos escolhidos livremente**, o que contraria a solução pretendida no edital.

24. Diante disso, resta claro que a solução Huawei proposta impõe restrições significativas à flexibilidade da Contratante em monitorar a rede conforme seus interesses estratégicos. O item 17.11.25 buscou assegurar ao e. TRT9 a possibilidade de posicionar ferramentas de medição ativamente onde houvesse maior relevância, por exemplo, em uma localidade remota com reclamações de lentidão, ou junto a um servidor específico para auditar a qualidade de experiência dos usuários daquele serviço.

25. Com o Huawei CampusInsight, essa liberdade é comprometida: a monitoração fica **necessariamente vinculada** aos pontos onde há equipamentos

Huawei e aos dados que estes conseguem prover. Caso a Administração deseje medir a experiência em um ponto da rede sem um dispositivo Huawei de borda (ou mesmo fora do âmbito LAN, como numa conexão WAN ou internet), a solução não oferece um meio nativo para tal – não há *probe* móvel que se possa implantar nessa ponta, nem agente de *software* que rode em um computador realizando testes periódicos.

26. Em outras palavras, a inadequação da solução reside na sua rigidez arquitetônica, na medida em que se restringe à coleta de dados de telemetria originados exclusivamente dos equipamentos de rede de sua própria marca, e não oferece a capacidade de desdobrar sondas ou agentes de medição de natureza independente. Esta limitação suprime a prerrogativa da Contratante de instalar componentes de aferição em qualquer ponto da rede de seu interesse estratégico, comprometendo severamente a flexibilidade e a autonomia na monitoração da real experiência do usuário final, conforme explicitamente requerido no edital.

27. Sendo assim, resta evidente o descumprimento do 17.11.25 do Anexo I do Termo de Referência pela licitante Compwire, sendo esta a primeira razão pela qual deve ser revista a sua classificação e habilitação no certame.

III.2. Inadequação da solução ofertada em relação à disponibilidade da solução de NAC pretendida – Violação aos itens 17.13.1.6 a 17.13.1.8 do Anexo I do Termo de Referência

28. Indo adiante, em relação à solução de controle de acesso à rede (NAC) licitada, a licitante Compwire também descumpriu os itens 17.13.1.6 a 17.13.1.8 do Anexo I do Termo de Referência, que visam eliminar o Ponto Único de Falha (SPOF) e garantir a disponibilidade ininterrupta do sistema NAC, colocando em risco a segurança e a fluidez do acesso à rede corporativa

29. As disposições editalícias foram assim previstas:

- 17.13.1.6. Deve suportar mecanismo de alta disponibilidade para as funções de administração e monitoração;
- 17.13.1.7. Deve suportar a configuração redundante em alta disponibilidade utilizando um outro Appliance virtual;
- 17.13.1.8. No caso de falha de um dos componentes do conjunto, o outro deve ser capaz de assumir todas as operações e funcionalidades sem interrupção dos serviços;

30. Exigiu-se, portanto, que: (i) a solução seja composta por, no mínimo, dois *appliances* virtuais NAC, operando em regime de **redundância**; e (ii) em caso de falha de qualquer componente, o *appliance* secundário assuma a totalidade das operações e funcionalidades sem qualquer interrupção dos serviços (***failover* imediato e transparente**).

31. Para o NAC, a Compwire ofertou a solução Huawei iMaster NCE-Campus (que integra as funções NAC) e o módulo *CampusInsight*, em um arranjo de **modo *single-node***. A topologia delineada prevê dois servidores físicos configurados em regime Ativo/Em Espera (Active/Standby), complementados por um terceiro servidor atuando como nó árbitro (*arbitration server*).

32. Nesta configuração, somente uma instância de aplicação NAC está operacional em um determinado momento (*single-node* ativo), enquanto a réplica permanece passiva e inativa. O nó árbitro tem a função exclusiva de mediar a comutação (*switch-over*) de papéis em caso de falha.

33. Em verdade, tal arquitetura se distancia de um cluster de Alta Disponibilidade Nativa, no qual múltiplos nós podem compartilhar carga (Ativo/Ativo) ou operar em espelhamento contínuo, garantindo a não interrupção do serviço.

34. Assim, ao se analisar a solução *single-node* com *arbitration server* da Huawei (*iMaster NCE-Campus*), à luz das exigências editalícias, constata-se a completa inconformidade técnica da solução, pelas seguintes razões:

- a) **Ausência de Alta Disponibilidade Local sem interrupção de serviços⁶:** a arquitetura em modo *single-node*, mesmo acrescida de um nó árbitro, não constitui uma alta disponibilidade local efetiva sem interrupção de serviços conforme exigência técnica do edital. Trata-se de um esquema ativo/passivo em que somente um *appliance* opera de cada vez. Embora haja um servidor de *backup*, este permanece inativo até ocorrer falha, inserindo interrupção dos serviços e aplicações do ambiente no momento do *failover*. A Huawei possui outras formas de implementação

⁶ Evidencia-se, em *protection capability*, a interrupção dos serviços para as camadas da aplicação. Disponível em: https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US_TOPIC_0000001250271601. Acesso em 28/11/2025.

de *cluster* como "Minimum cluster", "Distributed cluster" e "Multi-cluster system" justamente para evitar interrupção de serviços em caso de falhas. Essa arquitetura não foi oferecida pela Compwire.

- b) **O Nó de Arbitragem se destina a *Disaster Recovery*, não a *Zero Downtime*⁷:** o nó de arbitragem não evita a interrupção dos serviços, ele apenas automatiza a restauração de um serviço que foi interrompido. Há um tempo de comutação (*switch-over*) intrínseco ao processo de *failover*. Ao detectar a queda do ativo, o sistema de arbitragem promove o *standby* a ativo, operação que leva um intervalo de tempo durante o qual os serviços ficam indisponíveis e são restaurados.

35. Em outras palavras, a arquitetura Ativo/Em Espera (Active/Standby) mediada por um árbitro, introduz um inevitável período de indisponibilidade (*downtime*) durante a comutação (*failover*), o que viola a exigência editalícia de continuidade ininterrupta de todas as operações.

36. Sendo assim, resta comprovado o descumprimento dos itens 17.13.1.6 a 17.13.1.8 do Anexo I do Termo de Referência pela Recorrida Compwire, na medida em que ofertou solução que não garante a resiliência e o *uptime* exigidos para uma solução de controle de acesso à rede em um ambiente crítico.

III.3. Inadequação da solução ofertada em relação à integração funcional da solução de NAC pretendida – Violação ao item 17.13.8.1 do Anexo I do Termo de Referência

37. Por fim, no que se refere à solução de controle de acesso à rede (NAC) licitada, a licitante Compwire violou integralmente os itens 17.13.8.1 do Anexo I do Termo de Referência, que visam a integração funcional com *firewalls* da próxima geração (NGFW - *Next Generation Firewalls*) de fornecedores líderes de mercado.

⁷ Tal característica pode ser comprovada nos *links* abaixo, onde o próprio fabricante afirma que o *switchover* é acionado para **restaurar** os serviços:

- (i) "Automatic switchover (with a third arbitration site) (...) If a site- or application-level fault occurs, an active/standby switchover is immediately triggered to restore services" (Disponível em: https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US_TOPIC_0000001205751626. Acesso em 28/11/2025).
- (ii) "Process restart: Process status is monitored in real time. If a process is stopped or faulty, iMaster NCE-Campus attempts to restart the process". (Disponível em: https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US_TOPIC_0000001250271601. Acesso em 28/11/2025).

38. A exigência editalícia foi assim prevista:

17.13.8.1. Deve se integrar a solução de Next Generation Firewall (NGFW), provendo segmentação dinâmica de rede e compartilhamento de informações, para no mínimo os seguintes fabricantes:
17.13.8.1.1. Check Point;
17.13.8.1.2. Cisco;
17.13.8.1.3. Fortinet
17.13.8.1.4. Palo Alto;

39. Ressalta-se, de imediato, que o objetivo de tal integração é vital, na medida em que deve catalisar a segmentação dinâmica da rede e o intercâmbio bidirecional de dados de segurança. Em termos operacionais, o sistema NAC deve efetuar a troca de informações cruciais – como contextos de autenticação, identidades de usuários ou *security tags* – com os NGFWs listados. Essa comunicação coordenada permite que os *firewalls* apliquem políticas de segurança em tempo real, baseadas na postura de segurança e no perfil de acesso atribuído a cada dispositivo ou usuário pelo NAC.

40. A finalidade da exigência é garantir a resiliência e a abrangência da arquitetura de segurança, assegurando que o NAC contratado possua compatibilidade plena com os principais players do mercado de *firewalls*, independentemente do equipamento já implementado pelo órgão.

41. Protege-se, assim, o investimento público e se vincula a aquisição da solução com o princípio da padronização tecnológica ampla, evitando o *vendor lock-in* e assegurando a melhor tecnologia disponível no mercado.

42. Pois bem. Para comprovar o atendimento à supracitada exigência, a licitante Compwire apresentou um único documento, fornecido pela Huawei (fabricante da solução por ela ofertada - iMaster NCE-Campus NAC), que, respeitosamente, é absolutamente genérica e não se preta a comprovar qualquer tipo de integração específica e funcional com os *appliances* de NGFW requisitados.

43. Em verdade, o documento apresentado nem sequer faz menção nominal explícita aos *firewalls* da Check Point, Fortinet ou Palo Alto. No que concerne à Cisco, as referências pontuais omitidas na coluna de comprovação dizem respeito

a equipamentos de infraestrutura legados (Controladores *Wireless* – WLC, *Switches* Catalyst), e não aos seus produtos de *Next Generation Firewall* (e.g., Cisco Secure Firewall/ASA).

44. O documento carece de referências a protocolos de interoperabilidade, interfaces de programação de aplicação (*APIs*), ou módulos dedicados que viabilizem a comunicação com as plataformas de NGFW de terceiros.

45. Adicionalmente, não foram anexados manuais de implementação (*deployment guides*), topologias de integração homologadas, ou *cases* de sucesso. Em um cenário de integração crítica, a documentação esperada incluiria instruções detalhadas⁸.

46. A mera submissão de um *link* genérico, sem a descrição de um procedimento de interoperabilidade concreto, evidencia a violação à especificação técnica veiculada no instrumento convocatório.

47. A sincronização entre um NAC e um *firewall* de próxima geração é uma tarefa que não pode ser considerada trivial; ela exige a existência de mecanismos de compatibilidade e conectores específicos para cada ecossistema de NGFW. Os fabricantes de *firewall* empregam métodos proprietários (*APIs*, *feeds* de identidade) para receber dados de terceiros (identidade de usuário, grupo, contexto de ameaça) e aplicar políticas de segurança dinâmicas.

48. Em relação às fabricantes mencionadas pelo Edital, destaca-se:

- a) **Palo Alto:** a integração exige a utilização de *APIs* específicas (ex.: *API XML* de *User-ID*). O NAC deve atuar como um *publisher* que envia dinamicamente as associações IP-Usuário e *security tags* para o *firewall* Palo Alto, permitindo a aplicação de políticas baseadas em identidades dinâmicas.
- b) **Fortinet:** geralmente requer a utilização do protocolo *RADIUS* Single Sign-On (RSSO) do FortiGate. Isso obriga o NAC a enviar mensagens de *RADIUS Accounting* para o FortiGate a cada autenticação e *logout*, um

⁸ Como, por exemplo: "Procedimento para sincronizar identidades do NAC com o Check Point NGFW" ou "Exemplo de uso da API X do NAC para *tagging* dinâmico no Fortinet FortiGate".

mecanismo que demanda uma configuração precisa e detalhada em ambos os lados para mapear usuários e grupos.

- c) **Cisco:** o *framework* dominante é a plataforma pxGrid (parte do Cisco ISE), baseada em padrões de troca de informações de segurança. Um NAC que se diga compatível deve demonstrar capacidade de atuar como um **cliente pxGrid**, publicando ou subscrevendo informações de identidade para o ecossistema Cisco.
- d) **Check Point:** demanda a utilização do recurso Identity Awareness, que pode ser alimentado por *APIs* (ex.: LEA/SmartConsole), *logs* RADIUS ou via integração com pxGrid. É imperativo um conector dedicado que informe o perfil de usuário/IP ao *firewall* Check Point.

49. Tais integrações exigem comprovação documental para serem atestadas, ou seja, por meio de *whitepapers*, guias de configuração passo a passo, ou certificados de compatibilidade emitidos em parceria pelos fabricantes.

50. Assim, a Compwire deveria ter apresentado evidências de que o iMaster NCE-Campus possui um módulo ou *plugin* para a API *User-ID* da Palo Alto, suporte ao protocolo RSSO do Fortinet, capacidade de interoperação via pxGrid com a Cisco, e um conector de identidade para Check Point. A ausência de qualquer referência a pxGrid, RADIUS SSO, User-ID API ou certificações conjuntas torna a alegação de integração inócua.

51. Ademais, em procedimento de diligência, foram conduzidos testes laboratoriais na solução Huawei NCE-Campus com a finalidade de validar a aderência às integrações exigidas. Os testes foram infrutíferos. Não foram localizados *templates* ou vestígios de integração funcional com os *Next Generation Firewalls* dos fabricantes requeridos neste certame.

52. A única referência encontrada se limita a *templates* legados e genéricos para equipamentos Cisco, aparentemente restritos a *switches* e *access points*, confirmando a ausência de suporte para Palo Alto, Fortinet e Check Point na seção de "Admission Resource" da plataforma:

Admission Management / Admission Policy / Authentication and Authorization				
Authentication Rule	Authorization Result	Authorization Rule	Policy Element	Network Access Policy
<input type="checkbox"/> IETF Standard		9999		168
<input type="checkbox"/> Huawei		2011		253
<input type="checkbox"/> Huawei		2011		254
<input type="checkbox"/> Huawei		2011		255
<input type="checkbox"/> Cisco		9		1
<input type="checkbox"/> Cisco		9		2
<input type="checkbox"/> Cisco		9		23
<input type="checkbox"/> Cisco		9		24
<input type="checkbox"/> Cisco		9		25
<input type="checkbox"/> Cisco		9		26
<input type="checkbox"/> Cisco		9		27
<input type="checkbox"/> Cisco		9		28
<input type="checkbox"/> Cisco		9		29

53. É evidente, portanto, que, não tendo cumprido com as exigências do Edital, atinentes à demonstração das características técnicas mínimas a serem observadas e cumpridas pelos equipamentos fornecidos, deve ser desclassificada e inabilitada a empresa Compwire.

III.4. Necessária eliminação da Compwire

54. Das razões expostas acima, comprovando as irregularidades dos equipamentos ofertados pela Recorrida, é de se verificar que a empresa apresentou proposta em desconformidade com os requisitos estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, deixando de demonstrar o integral e inequívoco atendimento às especificações técnicas exigidas para os equipamentos a serem fornecidos.

55. Consequentemente, a decisão que a declarou vencedora do certame incorreu em infração ao disposto no instrumento convocatório, bem como na norma legal aplicável à hipótese.

56. Assim, ante à impossibilidade de comprovar a conformidade da solução ofertada, põe-se em risco a eficiência da contratação, eis que a Administração corre o risco de pagar por diversos equipamentos que nem sequer serão efetivamente compatíveis com aquilo que se pretende.

57. O Termo de Referência do presente certame esclarece quais são as exigências buscadas pelo TJTO para a contratação pretendida. **Se não há comprovação do atendimento a tais especificações, não se poderia classificar tal proposta.** Nesse sentido, confira-se a lição de Marçal Justen Filho:

(...) não se pode admitir como válida uma proposta que deixou de cumprir um requisito exigido como indispensável à participação no certame. Outros interessados podem ter deixado de disputar a licitação em virtude do reconhecimento da dificuldade em atender ao requisito. O licitante mais ousado que se arriscou sem cumprir o requisito não pode ser premiado com a alteração das regras no curso da disputa.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 18ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 1078. *Grifamos e sublinhamos.*

58. Na mesma linha, reforça-se que a ausência de informações básicas pertinentes à contratação constitui vício insanável, o qual não pode ser corrigido através de diligências. Admitir a inclusão da documentação ausente em momento posterior à apresentação das propostas seria violar completamente a isonomia do certame, em benefício da licitante Compwire, o que não se poderia jamais admitir.

59. Diante das irregularidades apontadas, deve ser desclassificada a proposta da Recorrida, nos termos do Edital e do art. 59, incisos I e V, da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

(...) V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

60. Sobre o tema, veja-se o que entende a jurisprudência do e. Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ART. 3º, I, II, 5º, E 6º, I, DA LEI 12.527/2011. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DA FORMA PREVISTA NO EDITAL. AUSÊNCIA DE ABUSO DE DIREITO.

1. Trata-se na origem de Mandado de Segurança impetrado contra alegado ato coator do Reitor da UFRN e da Vice-diretora do núcleo de pesquisas em alimentos e medicamentos em que pleiteada a concessão de segurança para para que os envelopes de habilitação e propostas (técnica e comercial) apresentados em licitação da Entidade sejam abertos, analisados e julgados, assegurando-se sua participação na

Chamada Pública n.º 001/2022, ou, subsidiariamente, a anulação do certame.

2. A segurança foi denegada em primeiro grau, e a Apelação não foi provida.

(...) 4. O aresto vergastado consignou: " (...) é abs. olutamente incontroverso que o meio de envio não correspondeu àquele expressamente definido no edital, qual seja, a via postal. A própria recorrente confessa que não se valeu da via postal para enviar sua documentação, aduzindo que o meio utilizado para o envio dos envelopes à Comissão de Licitação seria irrelevante, pois, de acordo com seu entendimento, o que importa é apenas a chegada dos envelopes até a abertura da sessão pública designada para a conferência dos documentos exigidos aos licitantes. **Diante do expresso reconhecimento de inobservância de uma das formalidades claramente exigida no edital, não vislumbro ilegalidade na recusa de apreciação da proposta da impetrante no procedimento licitatório objeto desta ação, nem abusividade da decisão impugnada, ou direito líquido e certo a garantir.** Neste contexto, o acolhimento da tese defendida pela requerente dependeria da observância do meio correto para envio da documentação, o que não ocorreu. Portanto, ao contrário do alegado pela empresa impetrante, **a Administração não cometeu qualquer ilegalidade ou abuso de poder ao inabilitá-la em razão do envio de documentos por via diversa daquela expressamente indicada no edital, uma vez que a conduta da impetrante constitui violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao princípio da isonomia**".

5 O acórdão recorrido decidiu em conformidade com a jurisprudência do STJ acerca da vinculação ao instrumento convocatório. **Como a parte ora recorrente descumpriu formalidades editalícias, violando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, legal sua exclusão do certame sob pena de ofensa ao princípio da isonomia em relação aos demais participantes.**

6. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

STJ - REsp 2.083.396/PE - Segunda Turma - Rel. Min. Herman Benjamin - DJe. 18.12.2023. *Grifamos.*

61. No mesmo sentido, destaca-se a lição de Maria Sylvia di Pietro sobre o tema:

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento com base em critérios fixados no edital.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo, 31ª ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 419-420. *Grifamos e sublinhamos.*

62. Analisando as ilegalidades acima expostas, é de verificar que a decisão que determinou a classificação e a habilitação da licitante Recorrida violou o disposto no instrumento convocatório, tendo em vista ter se aceito e classificado Proposta que nitidamente era contrária ao disposto nos itens 7.7.2⁹ e 8.37¹⁰ do Edital.

63. Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiterado seu entendimento no sentido de que *é obrigatória, em observância ao princípio da vinculação ao edital, a verificação de compatibilidade entre as regras editalícias e as propostas de licitantes, sendo que propostas em desacordo com o instrumento convocatório devem ser desclassificadas*¹¹.

64. Do mesmo modo, em casos semelhantes, o e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconhece que a medida correta é a desclassificação da licitante que não cumpre os requisitos editalícios:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. PROPOSTA EM DESACORDO COM O EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. IMPOSITIVO.

A observância dos princípios que norteiam as licitações em geral, especificamente os da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, é essencial para o resguardo do interesse público, o qual compreende não só os interesses específicos da Administração Pública como também os de toda coletividade. Em outros termos, a adstrição às normas editalícias restringe a atuação da Administração, **impondo-lhe a desclassificação de licitante que descumpre as exigências previamente estabelecidas no ato normativo**. Não há irregularidade na inabilitação de participante que não atendeu integralmente às exigências editalícias, previamente estabelecidas. Decisão mantida. agravo de instrumento improvido.

TRF4 – AG 5003535-62.2021.4.04.0000 – Quarta Turma – Rel. Luís Alberto D'azevedo Aurvalle – DJe. 14.07.2021. *Grifamos*.

65. Sem dúvidas, portanto, a decisão proferida no sentido de classificar e habilitar a Proposta de licitante que manifestamente não cumpriu aos requisitos de aceitabilidade da proposta disciplinados pelo Edital e seus anexos, compromete a legalidade do procedimento licitatório como um todo.

⁹ 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

(...) 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

¹⁰ 8.37. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

¹¹ TCU. Acórdão nº 460/2013. Segunda Câmara. Min. Rel. Ana Arraes. DJe. 19.02.2013.

66. A Recorrida não comprovou o atendimento das especificações técnicas, infringindo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório¹², disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, não podendo, em hipótese alguma, ser declarada vencedora do certame. Se todos os licitantes soubessem, de antemão, que poderiam ofertar equipamentos sem comprovar o atendimento deles aos requisitos técnicos previstos, certamente a disputa teria sido diferente.

67. Assim, caso o TRT9 relativize as regras por ele mesmo impostas, estará expressamente violando os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo das propostas¹³ e da isonomia. Sobre o tema, a primorosa lição de Egon Bockmann Moreira:

Ao seu tempo, o *princípio do julgamento objetivo* é o resultado da conjugação entre isonomia, impessoalidade e vinculação ao ato convocatório. Ele celebra o princípio da livre concorrência. Afinal, se os participantes – e respectivas propostas – devem ser equivalentes para a Administração e se o instrumento convocatório define de forma impessoal os diferenciais a serem aceitos para a eleição da melhor proposta, dúvida não há de que o exame dos documentos apresentados precisa ser realizado de modo objetivo – isto é, sem a redução da escolha ao que é pessoal ao agente público. (...)

O conhecimento e o exame do objeto da licitação devem se dar segundo os referenciais estabelecidos no instrumento convocatório (e não de acordo com aqueles íntimos ao sujeito examinador – que não pode agregar dados e compreensões pessoais ao objeto examinado).

MOREIRA, Egon Bockmann. *Licitação Pública*. 2ª ed., atual., rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 96-97. *Grifamos e sublinhamos*.

68. Portanto, após nova e criteriosa análise dos documentos apresentados pela Compwire, a medida que se impõe à Administração é a **eliminação** da licitante, tendo em vista a ausência de comprovação do atendimento aos requisitos

¹² “Na licitação, a vinculação à lei é complementada pela vinculação ao ato convocatório. A Administração dispõe de margem de autonomia para configurar o certame. Mas incumbe à Administração determinar todas as condições da disputa antes de seu início e as escolhas realizadas vinculam a autoridade (e aos participantes do certame).” (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 18ª ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2019, p. 110).

¹³ “Sem embargo, o julgamento objetivo agrega-se ao instrumento convocatório pois os critérios do julgamento nele estão previstos. Nesse desígnio, o julgamento objetivo é aquele que se dá na estrita conformidade dos parâmetros prefixados no edital. (...) Na realidade, tanto o princípio do julgamento objetivo, quanto o princípio da vinculação ao instrumento convocatório se completam e ambos se encontram no princípio da isonomia, visto que constituem garantias formais dos particulares em relação à Administração Pública, fazendo com que o certame do início ao fim se deite sob os critérios claros e impessoais” (NIEBUHR, Joel de Menezes. *A Licitação Pública e o Contrato Administrativo*. 4ª Edição, Editora Fórum, Belo Horizonte, 2015, p. 64).

técnicos, em inequívoca violação ao disposto nos itens 17.11.25, 17.13.1.6 a 17.13.1.8, e 17.13.8.1, do Anexo I do Termo de Referência.

IV. Pedidos

69. Ante o exposto, respeitosamente, requer-se o recebimento do recurso e a reforma da r. decisão ora recorrida para que seja desclassificada e inabilitada a empresa Compwire Informática Ltda., ante as desconformidades da proposta apresentada frente aos requisitos expressos no Edital, notadamente a ausência de comprovação do atendimento aos requisitos técnicos.

70. Por fim, consigna-se que a manutenção do entendimento recorrido acarretará a tomada de medidas perante as instâncias judiciais e administrativas cabíveis, tanto para garantir a legalidade do certame, quanto para eventualmente apurar e cobrar os danos praticados pelos responsáveis pela indevida declaração de vencedora da empresa Compwire.

Termos em que pede deferimento

Itajubá/MG, 28 de novembro de 2025.

Rodrigo Vasques Cruz

CPF nº 070.065.336-86